

diferença de que com eles nos sentimos enfermos, enquanto Walter ajudava as pessoas a se sentirem muito importantes, e por razões que até aí elas haviam ignorado..."

Robert Musil, O homem sem qualidades .

As eleições presidenciais de 1998 voltam a colocar em disputa dois projetos de poder e de representação de interesses econômicos e sociais antagônicos.

O presidente FHC é o candidato favorito à reeleição e aglutina sob o comando dos tucanos uma aliança de todos os partidos de centro-direita (do PP de Paulo Maluf ao PTB de Roberto Jéferson, passando pelo PFL de ACM e PMDB de Jader Barbalho), caso inédito, por sua amplitude, desde a redemocratização em 1985.

Seu principal oponente, o ex-metalúrgico e sindicalista Lula, apresenta uma agenda de reformas sociais e econômicas que promete mudar estruturalmente o perfil da sociedade brasileira, um programa sócio-econômico que sintetiza e reflete as históricas lutas dos trabalhadores brasileiros por direitos, emprego, renda e dignidade social. Em torno desse projeto popular, o PT lidera a organização de uma aliança que reúne os velhos comunistas e socialistas brasileiros (das mais diversas orientações ideológicas) e apóia-se nos movimentos sociais organizados dos trabalhadores, originados na sua maioria durante a decadência do regime militar em fins de 1970 e meados dos anos 1980, como é o caso da CUT e MST.

As eleições gerais de 1998 ocorrem num contexto de depressão econômica e de abalo da política econômica de FHC: após a declaração de moratória pelos russos em agosto daquele ano, a moeda nacional sofre intensa e enfurecida especulação; as pressões para a sua desvalorização tornam-se quase incontroláveis, o que não apenas desmistificaria o "real forte" como simultaneamente colocaria em risco o principal trunfo do candidato governista para reeleger-se. Apesar da situação social e econômica adversa, a agenda de reformas liberais (essencialmente anti-sociais e antipopulares) sagra-se vitoriosa nas urnas em outubro de 1998, e o país teria nos próximos quatro anos nova onda de desenvolvimento liberal sob comando da elite tucana. Além disso, o projeto popular petista, ambicioso e generoso com o povo brasileiro, é sepultado de vez por inviabilidade histórica. A vitória dos tucanos e de seus aliados é dupla: representaria a consolidação da agenda de reformas liberais no Brasil (iniciada em meados dos anos 90) e obrigaria os "cardeais" petistas (o chamado "campo majoritário") a um reexame de seu próprio programa político e econômico e das alianças partidárias para viabilizar o "sonho de ver Lula presidente".

A conjuntura econômica de 1997 e 1998

O principal trunfo de FHC para apresentar-se como candidato viável dos interesses das classes proprietárias e dos investimentos estrangeiros imobilizados no Brasil era a inflação baixa e controlada. Até meados de 1997, a política econômica de FHC seguiu um curso regular e previsível: juros altos para atrair capitais estrangeiros de curto prazo, os quais permitiam a formação de reservas internacionais públicas capazes de sustentar o "real forte" e, assim, manter em declínio e sob rígido controle a inflação.

Essa política econômica, embora bem sucedida na regulação da inflação, provocou, contudo, o agravamento de alguns indicadores da economia brasileira: déficit comercial crônico, explosão do endividamento em dólar, aumento extraordinário das despesas financeiras do governo federal (as quais exigiam um aumento crescente da carga tributária e um arrocho nos gastos públicos); o mandato presidencial de FHC parecia sublimar o seu antigo pensamento sociológico: a economia

brasileira tornava-se perigosamente dependente de entrada de capitais estrangeiros e, portanto, suscetível às mudanças na conjuntura do mercado internacional de crédito.

Além disso, o "real forte" (mantido pela política econômica de FHC) provocou importantes impactos na indústria brasileira. O grande capital industrial (nacional e estrangeiro) fez valer sua força econômica e aproveitou o câmbio favorável e as linhas de crédito internacional baratas para renovar seus "velhos" aparelhos produtivos, substituindo-os pelos mais recentes materiais disponíveis no mercado mundial; esses pesados investimentos em modernização da grande indústria brasileira, subsidiada pela política de câmbio e juros de FHC, foi fundamental para melhorar sua produtividade e torná-la capaz de enfrentar a concorrência de produtos importados.

Não tiveram o mesmo destino os segmentos médios e pequenos da indústria brasileira e foram intencionalmente desfavorecidos pela política de abertura externa de FHC: os desembolsos de capital para modernização superavam os seus limitados recursos próprios e a alternativa de créditos internacionais mais baratos era dificultada pelas precárias garantias oferecidas pelas médias e pequenas indústrias; a parte indefesa da indústria foi duplamente prejudicada pela política econômica liberal: barateamento dos produtos importados e perda de parcela do mercado interno e condições de financiamento internas encarecidas pela política do "real forte". As falências e demissões se multiplicaram como contrapartida da modernização do capitalismo brasileiro.

Entre fins de 1997 e a segunda metade de 1998, a conjuntura do mercado internacional de crédito, até então favorável à condução da política econômica de FHC, sofre o "choque" de duas crises sucessivas: a primeira, mais restrita ao Leste Asiático em outubro de 1997, e a segunda, de amplas repercussões internacionais, com a declaração da moratória da dívida externa russa em agosto de 1998. As perdas de capitais dos investidores estrangeiros impõem-lhes a decisão de rever investimentos nos chamados "mercados emergentes", dando preferência a "ativos de qualidade", isto é, ativos de segurança e de risco nulo como os papéis do Tesouro americano. Esse movimento de "recomposição de carteiras" em direção aos ativos seguros ocorre numa velocidade e escala tão impressionantes que assume nos países afetados o papel de verdadeiras catástrofes naturais.

A equipe econômica de FHC toma, então, medidas emergenciais para conter a "sangria" de dólares do Brasil e defender o real das especulações a favor de sua desvalorização: eleva os juros e efetua cortes nos gastos correntes do setor público federal. A combinação dessas medidas alcança rapidamente a atividade econômica no segundo semestre de 1997, deprimindo-a durante o ano seguinte: a produção industrial declina, paralisando parte das instalações produtivas; os planos de investimentos são temporariamente suspensos e as demissões de trabalhadores avolumam-se assustadoramente. Esses novos contingentes juntam-se à enorme massa de desempregados que se formara desde o início do mandato de FHC por conta da modernização e reestruturação industrial induzida por sua política econômica.

Os programas de governos de Lula e FHC nas eleições presidenciais de 1998 e a dupla vitória da agenda liberal

A depressão econômica e a crise social de 1998 não impediram a vitória dos tucanos e de sua agenda de modernização liberal do Brasil; ao contrário, defendemos a tese que o desastre social e econômico daquele ano condicionou a reeleição de FHC e para isso levantaremos algumas hipóteses básicas e gerais.

O programa de governo de Lula e de sua aliança de partidos à esquerda tinha como mote "terra, pão e emprego" e continha propostas emergenciais e de medidas de "mudanças estruturais" de longo alcance da economia e sociedade brasileiras. Lula e seus aliados defendiam medidas temporárias para conter a crise econômica e social em andamento, cabendo destacar as seguintes:

controle no movimento de capitais especulativos e desvalorização administrada do real.

Essas medidas teriam impactos imediatos sobre a conjuntura econômica na ocasião depressiva: os juros básicos não precisariam manter-se elevados para atrair o interesse de especuladores internacionais, reduzindo significativamente despesas financeiras do Estado; a economia no pagamento de juros poderia ser destinada a uma política de gastos públicos emergenciais e de amplas repercussões sociais e econômicas: construção de obras públicas e melhoramentos urbanos e concessão de benefícios assistenciais à população miserável das metrópoles e do interior rural brasileiro. A desvalorização administrada do real poderia livrar também a economia brasileira de sua depressão, pois representaria uma imediata e necessária proteção da produção nacional contra os concorrentes estrangeiros; ao lado disso, estimularia os empresários a aumentar a produção para atender a demanda externa, repercutindo favoravelmente sobre o emprego e renda nacionais, além de melhorar a balança comercial e reforçar a disponibilidade de divisas em meio a uma escassez crônica delas por causa da fuga de capitais estrangeiros.

Essa política econômica emergencial seguia uma orientação tipicamente keynesiana (defendida por importantes escolas de economia, como os Institutos de Economia da UFRJ e UNICAMP) de defesa da demanda efetiva, do emprego e da renda nacionais. Durante o embate eleitoral com a coligação de FHC, essas propostas assumiam um caráter "desesperador" de tentativa de convencimento dos eleitores de que Lula e PT poderiam "salvar" o capitalismo brasileiro de uma crise econômica e social que estava colocando em risco a própria sobrevivência da sociedade brasileira.

Lula e seus aliados prometiam também "reformas estruturais" e duas delas podem ser sublinhadas como exemplo evidente de mudanças nas orientações ideológicas e políticas da cúpula petista que ocorreriam após a derrota eleitoral de outubro de 1998: a reforma agrária e a reforma trabalhista. A primeira teria, na visão de seus idealizadores, a função de promover uma "verdadeira revolução agrícola": os assentamentos rurais e a formação de pequenas fazendas produtoras de artigos agrícolas de consumo popular permitiriam conter o êxodo rural e melhorar a vida dos camponeses brasileiros; além disso, essas unidades agrícolas forneceriam em grande escala alimentos abundantes e baratos à população dos centros urbanos, de importância decisiva para as metrópoles, aumentando o poder de compra dos salários além de, a depender da conjuntura do mercado de trabalho, permitir uma redução dos custos salariais sem onerar o padrão de vida dos assalariados. Os efeitos favoráveis a médio e longo prazo sobre a inflação seriam evidentes.

A reforma trabalhista, por sua vez, consistiria num amplo conjunto de propostas que visavam reformular a legislação trabalhista, previdenciária e sindical vigente; em linhas gerais, buscavam criar medidas de inclusão dos trabalhadores informais à rede de proteção social (o que permitiria um reforço de caixa na seguridade social), dar autonomia e poder de decisão às bases dos sindicatos (estimulando-os a organizar e incluir entre os seus representados os contingentes desempregados), além de generalizar entre os trabalhadores brasileiros as conquistas dos direitos trabalhistas consagrados pela Constituição de 1988. A "reforma trabalhista" teria a dupla função de ampliar a rede de proteção social já existente (criando tardiamente um "Estado de Bem Estar Social" de tipo europeu, tão fundamental nos países avançados para a construção e desenvolvimento das democracias e melhorias no padrão de vida de suas populações) e fortalecer o vasto mercado interno brasileiro, constituindo a base do desenvolvimento capitalista na proposta de Lula e seus aliados nas eleições de 1998.

Esse programa de governo de Lula e seus aliados, embora "bem intencionado" e generoso para com o povo brasileiro, estava destinado ao fracasso histórico nas eleições de outubro de 1998 e

há, para isso, razões bastante objetivas, que ultrapassam a suposta falta de carisma de Lula naquela ocasião (que o faria adotar os motes "mudança com segurança" "Lula paz e Amor" em 2002) ou a elegância majestosa de FHC e demais integrantes da elite tucana. A meu ver, as razões, como as boas razões, estão no exame da realidade social e econômica de 1998.

Como dissemos em texto anterior publicado nesta "Janela": "Nas democracias representativas, é o centro político que atrai suas margens à esquerda ou à direita para o projeto de poder em disputa nos jogos eleitorais; as coligações esquerdistas ou direitistas do quadro político das democracias não têm no geral viabilidade eleitoral para liderarem sozinhas (a não ser nas situações de anormalidade econômica e social) um projeto político de poder que simultaneamente atenda os interesses de melhoria de vida das massas do povo e os anseios de acumular riquezas e capital das classes proprietárias."

O "projeto político de poder" de Lula e de seus aliados não oferecia horizontes de acumulação de riquezas e capital às classes proprietárias brasileiras e aos investidores estrangeiros que operavam no Brasil.

As medidas emergenciais e estruturais do programa petista iam numa direção oposta à orientação liberal que desde fins dos anos 80 conduzia a gestão da política econômica e social brasileira (sustentada, sobretudo, pela integração às correntes de comércio e finanças mundiais). Essa gestão liberal da política econômica foi reafirmada durante o mandato presidencial de FHC e dos tucanos e favoreceu amplamente os grandes capitais nacionais e estrangeiros através das privatizações, da abolição, em vários casos, das "reservas de mercado" e da política de juros e câmbio, que, como vimos, subsidiou a modernização da parte capitalizada da indústria brasileira. Não é casual, que os interesses econômicos e sociais das classes proprietárias brasileiras (na indústria, no comércio, nos bancos e na grande imprensa) e dos investidores estrangeiros aderiram em bloco à candidatura de reeleição de FHC, confinando o candidato petista a uma base social de apoio restrito aos movimentos sociais organizados e de reduzida influência econômica e política.

Por outro lado, essa própria base social de apoio da candidatura petista estava enfraquecida. Basta lembrar que a modernização e reestruturação industrial dispensaram grande número de trabalhadores das linhas de produção; boa parte desses trabalhadores demitidos era formada por assalariados de longa experiência nas lutas operárias e sociais: a pauta de reivindicações dos sindicatos sofreu o impacto dessas mudanças estruturais no mercado de trabalho, passando a ter uma orientação predominantemente econômica (de defesa de salários e dos empregos, de negociação de jornadas de trabalho e de direitos trabalhistas), sacrificando, em grande parte, as lutas em favor de mudanças sociais mais profundas. Essa tendência geral do mercado de trabalho e do sindicalismo brasileiro no primeiro mandato de FHC foi reforçada pela depressão econômica e pelo imenso contingente de desempregados que se formou durante 1998.

Assim, a coligação tucana concentra o apoio e os favores econômicos das classes proprietárias brasileiras e dos investidores estrangeiros e isola Lula e seus aliados a uma base social esfacelada pela crise e depressão econômicas; além disso, FHC consegue amplo apoio nas massas populares "não organizadas" e novamente o "real forte" joga papel decisivo.

FHC nos programas eleitorais e principalmente através de seus pronunciamentos presidenciais (de ampla cobertura da grande mídia) apresentava-se aos seus eleitores como o único candidato capaz de colocar em ação uma "solução segura" para a "crise do real", que na versão oficial era ocasionada por "turbulências" momentâneas nos mercados financeiros internacionais. FHC e seus aliados isentavam de qualquer responsabilidade a política econômica vigente pelo agravamento da vulnerabilidade e dependência de capitais estrangeiros de curto prazo. A fuga de capitais e suas

repercussões depressivas sobre a atividade econômica resultavam de um "choque" internacional, tão imprevisível e incontrolável quanto mudanças repentinas do clima, as quais por vezes ocasionam verdadeiros desastres ambientais.

A "solução segura" para a crise de confiança no real passaria, segundo as propostas dos tucanos e aliados, por um acordo de empréstimos com o FMI e somente o presidente FHC e sua equipe econômica teriam credibilidade junto à comunidade financeira internacional para obter seus favores. O apoio financeiro do FMI (atuando como uma espécie de fiador da política econômica de FHC) acalmaria os "mercados" e a tranqüilidade social e econômica retornariam ao país. Esse discurso eleitoral de FHC e de seus aliados tinha enorme apelo popular, pois naquela conjuntura de insegurança econômica e social vinha à memória do povo o passado recente de descontrole inflacionário, cada vez mais associado (durante os programas eleitorais da candidatura governista) à "quebra de contratos" e às propostas da coligação petista.

As urnas consagram novamente FHC com uma vitória esmagadora, ungindo-o presidente reeleito já no primeiro turno. O projeto de poder de FHC e dos tucanos (previsto pelo falecido Sérgio Motta para durar doze anos) consolida a agenda liberal de reformas econômicas e sociais no Brasil. A tarefa de FHC no seu segundo mandato era dar continuidade à gestão da política econômica e social, "modernizar" a condução da política fiscal (no final de 1998, como contrapartida dos empréstimos e do apoio do FMI, FHC envia ao congresso nacional uma proposta de "Lei de Responsabilidade Fiscal"), efetuar mudanças no regime previdenciário e regulamentar as agências que regulariam o mercado de serviços de utilidade pública explorados por capitais privados.

A vitória de FHC em 1998 é também o sepultamento definitivo do "projeto de governo popular" de reformas econômicas e sociais liderado pelo PT e demais partidos de "esquerda". A terceira derrota de Lula em campanhas presidenciais leva a cúpula petista a revisar suas estratégias de poder político. O chamado "campo majoritário" do PT conclui que o confinamento da candidatura de Lula em 1998 condicionou em grande parte sua derrota; era necessário ampliar as alianças partidárias e obter apoio também junto às classes proprietárias. Os antigos programas econômicos petistas são criticamente revistos e os novos passam gradativamente a incorporar várias teses da ideologia política e econômica liberal.

Os desenvolvimentos históricos recentes da política e economia brasileira (do segundo mandato de FHC à metade do governo Lula) parecem mostrar que tucanos e petistas estão destinados a disputar qual das duas agremiações será a classe dirigente e política dos proprietários de capital e riqueza no Brasil, tal como sucede em geral com o Partido Republicano e Partido Democrata nos EUA e com o Partido Conservador e Partido Trabalhista na Inglaterra.

A JANELA ECONÔMICA é um espaço de divulgação das idéias e produção científica dos professores, alunos e ex-alunos do Curso de Economia das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba.

- Cada artigo é de responsabilidade dos autores e as ideias nele inseridos, não necessariamente, refletem o pensamento do curso.

- O objetivo deste espaço é mostrar a importância da formação do economista na sociedade.